

# Perspectivas da Vida Consagrada na África

*Aristide Gnada C.Ss.R.*<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Em 1926, o Papa Pio XI encorajava os missionários dos institutos religiosos e seculares a acolher como dom de Deus as vocações religiosas nos países de missão:

Já que, para a organização da Igreja em vossas populações, é necessário, como dissemos, servir-se dos elementos de que ela dispõe por conselho divino, deveis portanto considerar como um de vossos principais deveres de vosso trabalho a instituição das congregações religiosas autóctones, masculinas e femininas. Acaso não seria justo que os novos discípulos de Cristo possam também professar os conselhos evangélicos, onde se sentem convidados ou incentivados por inspiração divina a uma vida mais perfeita? Sobre este ponto, é bom que os missionários e as religiosas que trabalham em vosso campo não se deixem condicionar demais pelo amor à sua própria congregação, embora seja justo e legítimo, mas que saibam, ao contrário, olhar as coisas com uma certa largueza de idéias. Portanto, se há nativos que desejam entrar nas antigas congregações, não seria justo desaconselhar-lhes ou impedi-los, contanto que inspirem confiança de poder assimilar o seu espírito e conseguir estabelecer em sua pátria uma geração não degenerada nem dessemelhante da do instituto abraçado.<sup>2</sup>

Este apelo foi bem entendido e recebido na África, pois a vida religiosa conhece atualmente um crescimento, ainda que ligeiro. Com efeito, segundo as estatísticas de 2007, estaria havendo um aumento de 157 religiosos não sacerdotes, de 305 religiosos sacerdotes e de 1306 religiosas. Constatamos o mesmo crescimento no nível dos candidatos em formação para a vida religiosa: mais de 360 seminaristas maiores religiosos e de 733 seminaristas menores religiosos.<sup>3</sup>

Testemunha do crescimento da Igreja na África na terceira fase de sua evangelização, o Papa João Paulo II explica:

---

<sup>1</sup> O autor pertence à Vice-Província de Burkina-Níger.

<sup>2</sup> Pio XI, Carta encíclica *Rerum Ecclesiae* (28 de fevereiro de 1926), n. 25.

<sup>3</sup> [http://www.africamission-mafr.org/statistiques\\_de\\_leglise\\_2007.doc](http://www.africamission-mafr.org/statistiques_de_leglise_2007.doc), Agence Fides 6 de outubro de 2007 dia especial das missões, estatísticas da Igreja católica.

“Tudo isto é dom de Deus, pois nenhum esforço humano poderia ter realizado uma tal obra neste período relativamente breve.”<sup>4</sup>

Pode-se dizer que a acolhida deste dom maravilhoso é favorecido por certos valores nos quais os africanos ainda crêem. Mas se a gente sabe que a Igreja na Europa havia conhecido um tal crescimento e que hoje passa por uma crise de vocações, certas interrogações não podem deixar de ser postas. Com efeito, se é verdade que o senso religioso e do mundo espiritual, o papel da família e o respeito pela vida, o senso de solidariedade e da vida comunitária constituem valores culturais africanos, isto parece verificar-se em nossos dias unicamente no interior, ou nos ambientes ainda não atingidos pela cultura moderna do materialismo e do individualismo. Nas cidades africanas, lugares fortemente marcados por essa cultura moderna, tudo se passa como se a urbanização, considerada erroneamente e sem justificação como sinal de progresso e de modernidade,<sup>5</sup> caminhasse de mãos dadas com a banalização dos valores culturais dos povos africanos, ou simplesmente dos valores humanos.

Não se deve temer que se chegue a uma banalização total em proveito do individualismo, do materialismo e da indiferença religiosa, que não podem ser senão obstáculos ao crescimento da vida religiosa como dom de Deus? Por que esta crise de vocações religiosas na Europa muito rica, e este aumento na África muito pobre? Por que a falta de vocações nesta parte do mundo onde, quase conscientemente e voluntariamente se limitam os nascimentos a três, dois ou até um só filho, ou, pior ainda, existe a tendência de normalizar os casamentos homossexuais? E por que a abundância das vocações nesta outra parte do mundo onde ainda se crê que o filho é um dom não só para os pais que o geram, mas também para a família e a sociedade toda, inclusive a Igreja? Já envolvida no mecanismo da globalização, a África não deveria rezear que a atual crise das vocações religiosas na Europa, chegue até ela um dia? Em suma, quais perspectivas pode-se ter da vida religiosa na África? Essas interrogações constituem um conjunto de desafios à identidade específica e ao enraizamento da vida religiosa na África.

## 1. A IDENTIDADE ESPECÍFICA DA VIDA RELIGIOSA

O sacramento do batismo comporta três efeitos, a saber: a união do cristão com Cristo, sua inserção na Igreja e sua participação ativa na missão eclesial, que os batizados recebem como exigências para viver em sua vocação comum à santidade ou à prática do amor filial para com Deus e do amor fraterno para com o próximo. A identidade específica da vida religiosa, como

---

<sup>4</sup> Exortação Apostólica pós-sinodal *Ecclesia in Africa* sobre a Igreja na África e sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000, n. 34.

<sup>5</sup> A urbanização, que só faz aumentar, por exemplo, em Burkina Faso, não é sustentada por um dinamismo econômico gerador de riquezas e de empregos primários e secundários. Por conseguinte, existe a tendência de pôr em ação, nas cidades do país, uma estratégia de sobrevivência graças ao setor informal para enfrentar o déficit alimentar com rendas muito baixas. É claro que na capital Ouagadougou, que cresce rapidamente, faltam infraestruturas e serviços de primeira necessidade: moradias, escolas, centros de saúde, transporte urbano, saneamento, água, eletricidade, etc. Esta situação social constitui uma das causas da prostituição, da delinquência, da toxicomania, da criminalidade inclusive o aborto, etc.

vivência em plenitude desta vocação comum, consiste, portanto, em viver de maneira radical e intensa estas exigências do batismo numa dimensão pessoal e mística, eclesial e apostólica.

### ***1.1 Uma dimensão pessoal e mística***

Os religiosos se exercitam na santidade comprometendo-se a levar um novo tipo de existência numa comunidade que só tem sua razão de ser em Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, e, como conseqüência, renunciando a fundar um lar, a participar diretamente no desenvolvimento econômico, e a exercer uma função política.<sup>6</sup>

A relação pessoal com as Pessoas Trinitárias é verdadeiramente primordial e fundamental na vida religiosa. Pois é em tal relação que o amor ao próximo se manifesta em sua verdade. Neste sentido, somos religiosos primeiramente para amar a Deus com um amor radical que não pode senão orientar para uma dedicação total aos outros. A vida missionária de Jesus de Nazaré não se explica inteiramente em primeiro lugar por seu amor ao Pai? (cf. 1Cor 15,24). À luz da vida do Cristo, a vida religiosa pode ser percebida como sendo autenticamente e essencialmente uma *mística* no sentido de uma busca especial e de uma relação íntima com Deus. *Mística* sem a qual é bem possível fazer os votos de pobreza, castidade e obediência sem compreender seu sentido mais profundo; e, portanto, *mística* sem a qual é possível ser religioso sem consciência religiosa. A vida religiosa, ou mesmo a vida cristã simplesmente, é *mística* porque é uma união real de pessoa a Pessoa, e em estreita ligação com o mistério do Cristo Redentor (cf. Rm 16,25; Cl 1,25-27; 3,1-4).

Na consagração religiosa, é Deus que, por sua livre iniciativa, escolhe alguém, o chama e o coloca à parte numa relação particular e estável com Ele e em vista de seu desígnio de amor pela humanidade. Respondendo a este apelo, o religioso se esforça para viver por Aquele a quem ele pertence doravante, seguindo e imitando radicalmente Jesus na vivência da pobreza, da castidade e da obediência. O seguimento radical de Jesus casto, pobre e obediente atua especialmente a prática desses três conselhos evangélicos, já que se trata, neste seguimento, de conhecê-lo, anunciá-lo e vivê-lo como tal vivendo de maneira radical a castidade, a pobreza e a obediência.

Na vida religiosa como forma da *sequela Christi*, haveria, pois, um certo apelo ao exclusivismo no dom de si: uma certa dialética do tudo ou nada que seria ditada por um amor radical (cf. Mt 13,44-45; 19,27) exprimindo-se na vivência radical da castidade no celibato, da pobreza e da obediência. O Cristo, e nada mais, é a razão de ser dos três votos religiosos e, por conseguinte, da maneira como devem ser praticados, porque é Ele que chama a segui-lo para o testemunho do Amor e dá Ele próprio o exemplo (Mt 8,20; 12,48-50; Jo 6,38). Trata-se, portanto, neste seguimento radical, de preferir o Cristo a todos os bens do mundo, de preferi-lo ao amor conjugal e à geração carnal, e de preferi-lo à sua liberdade individual, testemunhando assim que Ele é o Único necessário, Amor e Senhor.<sup>7</sup> Em suma, trata-se na

---

<sup>6</sup> Cf. Concílio Vaticano II, Constituição dogmática *Lumen gentium* (21 de novembro de 1964), nn. 31; 41.

<sup>7</sup> Aubry Joseph, *Teologia della vita religiosa alla luce del Vaticano II*, Elledici, Torino 1980, p. 41.

vida religiosa de viver como o Cristo, com Ele e por Ele, e portanto para a busca e o serviço do Reino de Deus no coração dos homens.

A vida religiosa, como forma particular da *sequela Christi*, tem sido desde sempre concentrada na radicalização da pobreza, da castidade e da obediência, na procura de imitar o Cristo casto, pobre e obediente e de viver assim como Ele em função do Reino somente. Chamado a seguir e a imitar radicalmente o Cristo, o religioso deve tender a uma uniformidade maior com a vida de Cristo, o que implica não só uma adesão interior à Sua pessoa, mas igualmente um devotamento total a Ele. Trata-se, nesta vocação de vida consagrada, de continuar o mesmo projeto salvífico de Jesus na história da humanidade, adotando as atitudes e os comportamentos que de uma certa maneira o caracterizaram e que estão, de certa forma resumidos nos termos de pobreza, castidade e obediência. Os religiosos propõem de um modo particular e novo aos outros fiéis e ao mundo o exemplo vivo do Cristo em virtude de uma vocação especial, a da Igreja, que consiste em agir de sorte que o Cristo esteja presente na história dos homens.

### ***1.2. Uma dimensão eclesial e apostólica***

A Igreja é, no seu mistério fundamental, uma comunidade de caridade fraterna e realizadora da unidade, certamente já efetuada por Cristo (cf. Gl 3,27-28), mas que deve ser aperfeiçoada cada dia na observância da lei fundamental dada pelo próprio Cristo: o amor (cf. Jo 15,12; 17,21) que permanece a própria essência da Igreja como sacramento universal da salvação. A dimensão eclesial da vida religiosa se enraíza nesta vocação essencial da humanidade a formar uma comunidade fraterna universal que reflete a comunidade Trinitária e da qual a Igreja, enquanto Povo reunido em nome de Cristo, dela é o modelo.<sup>8</sup>

Enquanto expressão da Igreja, a comunidade religiosa assume e realiza sua vocação eclesial exprimindo seu mistério da caridade fraterna num estado de vida consagrada. Com a profissão religiosa que inaugura sua entrada numa família, o religioso se compromete a viver radicalmente e principalmente os três conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência segundo o espírito da família religiosa que, enquanto sinal vivo da vocação da Igreja, o acolhe.

Reunidos em comunidade, os religiosos indicam a todos os outros batizados e a todos os homens sua vocação para formar uma comunidade de caridade fraterna, mostrando-lhes como utilizar os bens terrestres, o sentido profundo do amor e da liberdade. Toda comunidade religiosa vem a ser assim como um sacramento permanente da Igreja, isto é, um sinal sensível do seu mistério presente e futuro, e um sinal eficaz na medida em que a comunidade realiza já vigorosamente este mistério. O mundo tem necessidade de focos de caridade, de comunidades humildes onde o Amor trinitário se encarna mais plenamente e se torna reconhecível. A comunidade religiosa, que, graças aos votos de seus membros, se exerce na caridade, é um desses focos necessários ao mundo.<sup>9</sup> A união do Cristo com o religioso é tão íntima, que este

---

<sup>8</sup> Cf. *Lumen Gentium*, 1, 4, 9, 48.

<sup>9</sup> Cf. De Carvalho Azevedo Marcello, *Les religieux, vocation et mission. Une perspective actuelle et exigeante*, Edition du Centurion, Paris 1985, pp. 138-143.

não pode senão procurar refletir na sua pessoa a luz do Cristo e manifestar os traços particulares do seu rosto: a santidade, a caridade e a graça.<sup>10</sup> Na verdade, o religioso não realiza sua consagração senão permanecendo associado ao Cristo e esforçando-se por identificar-se com Ele.

Os religiosos, membros da Igreja, não podem deixar de ser testemunhas atestando, sob o impulso do Espírito Santo e numa situação especial e num novo estilo de vida, que o Cristo é o Filho de Deus encarnado, morto, ressuscitado e vivo para sempre. Eles são sinais para seus semelhantes, para a Igreja e para o mundo inteiro, pois remetem às realidades da fé. Mostram melhor não apenas certos aspectos do mistério do Cristo que os inspira, mas também certos aspectos do mistério da Igreja na qual respiram. Com efeito, vivem numa caridade fraterna autêntica, que realiza a unidade na comunhão: um só coração, uma só alma. Manifestam assim a Igreja como comunidade de irmãos e irmãs cuja fé fundamental e única é o amor recíproco, e como esposa unida para sempre ao Cristo e vivendo inteiramente com Ele, por Ele e para Ele.<sup>11</sup>

Os religiosos são encarregados de significar a todos os cristãos não somente que o Cristo está sempre vivo, que o dever essencial deles, enquanto membros da Igreja é amar o Cristo e se amar mutuamente, mas também que não devem contentar-se com coisas simplesmente humanas e terrestres: já são membros de um Reino transcendente e estão a caminho de sua posse plena.<sup>12</sup> O religioso consagra-se a Cristo com um amor preferencial que vai até o sacrifício de certos valores humanos autênticos. Assim ele coloca profeticamente em questão as estruturas comuns do mundo, tais como o amor conjugal e paterno, a posse dos bens e a livre disposição de si, em sua finitude. Longe de desprezar esses valores nos quais os fiéis leigos são chamados a se santificar, trata-se para o fiel religioso de afirmar sua incapacidade de saciar totalmente os desejos do ser humano e de afirmar seu valor transitório em relação à vida eterna.

## **2. POR UM ENRAIZAMENTO DA VIDA RELIGIOSA NA ÁFRICA**

Partindo de suas dimensões constitutivas essenciais, e diante de seus desafios atuais, como considerar o enraizamento e o crescimento da vida religiosa e particularmente dos Redentoristas na África? Não seria preciso considerar isto repensando necessariamente a vida religiosa como dom de Deus e tomando forçosamente consciência de nossa identidade missionária redentorista?

### ***2.1 Repensar a Vida Religiosa como Dom de Deus***

---

<sup>10</sup> *Lumen Gentium*, 44, 46.

<sup>11</sup> Cf. *Lumen Gentium*, n. 44; Concílio Vaticano II, *Decreto sobre a renovação e a adaptação da vida religiosa, Perfectae caritatis* (28 de outubro de 1965), n. 12; Concílio Vaticano II, *Decreto sobre o ministério e a vida dos presbíteros, Presbyterorum ordinis* (7 de dezembro de 1965), nn. 16; 25.

<sup>12</sup> Cf. *Lumen Gentium*, 44; *Perfectae caritatis*, n. 12.

A vida religiosa tem sido apresentada com freqüência como renúncia entendida no sentido de um zelo ascético visando retificar as tendências individuais comprometidas pelo pecado. Assim, aquele que quer dominar serenamente os bens deste mundo e utilizá-los de modo ordenado para sua subsistência e para a dos outros, deve escolher a pobreza religiosa; aquele que quer desenvolver sua afetividade e fazer experiência da plenitude do amor, deve escolher a castidade no celibato consagrado; e aquele que quer chegar à plena realização de si mesmo através do exercício autêntico de sua liberdade, deve escolher a obediência religiosa. Resulta de uma tal apresentação que a finalidade da vida consagrada não é outra senão a plenitude dos valores humanos e que a condição ou o meio para atingi-la não é senão o seguimento radical do Cristo pela prática dos conselhos evangélicos. Ora, se tal é o fim dos conselhos evangélicos e da vida religiosa, não se corre o risco de relativizar os meios empregados? Por que escolher estes meios e não outros para atingir, adquirir e desenvolver valores humanos como a honestidade no uso dos bens, a liberdade criadora, o amor alegre?

A vida religiosa não pode ser apresentada simplesmente e em primeiro lugar como uma renúncia. Sem dúvida, ela comporta renúncias radicais e supõe uma ascese contínua, mas ela é, antes de tudo e principalmente, uma vocação, portanto um dom de Deus para a identificação com Cristo, para ser como Ele, com Ele e para Ele. Longe de ser um projeto pessoal, a vida religiosa se apresenta como um estado de vida cuja finalidade outra não é senão seguir o Cristo até o sacrifício de si mesmo. Pensar a vida religiosa como um dom de Deus e tomar consciência disto não pode senão remeter o religioso ao mistério do Cristo e ao amor a Ele como valor supremo que integra e abrange valores autênticos humanos.

“Escolhem-se os conselhos evangélicos, não para atingir a plenitude dos valores humanos, mas para se esvaziar como o Cristo, e para assim permitir ao amor encarnar-se de um modo novo e revelar-se. Mas isto não é possível senão graças ao milagre do próprio amor. Um amor que se comunica e que torna capaz de fazer outro tanto suscitando uma resposta da qual seríamos radicalmente incapazes. É por isso que os conselhos são dom.”<sup>13</sup>

A única razão da renúncia na vida religiosa é identificar-se com Cristo, seguindo-o radicalmente pela prática dos conselhos evangélicos que são antes e acima de tudo um dom feito à Igreja e recebido na Igreja. Vindo do Pai que, pela força do Espírito Santo, introduz diretamente e radicalmente o fiel na sua intimidade colocando-o na esteira de seu Filho, a vida religiosa é definitivamente um dom relevante proveniente apenas da iniciativa do Deus Trinitário. Não é antes de tudo o fiel que faz um dom a Deus emitindo e vivendo os votos religiosos, mas antes é Deus que lhe faz um dom do Cristo pobre, casto e obediente, e o torna ao mesmo tempo capaz de se abandonar a este dom abandonando tudo. Repensar a vida religiosa como dom recebido de Deus permite “priorizar a atenção não mais nos votos

---

<sup>13</sup> Pigna Arnaldo, *Repartir du Christ. La spiritualité des vœux*, Editions des Béatitudes, Burtin 2001, p. 33.

considerados quase exclusivamente como iniciativa humana, mas antes na iniciativa de Deus que faz o dom e que o realiza no homem através da consagração.”<sup>14</sup>

Se a razão fundamental é a *sequela Christi* e nada mais, a motivação dos votos não deve ser buscada no domínio antropológico, e menos ainda nas culturas, como somos tentados a fazer muitas vezes sob pretexto de torná-los mais razoáveis e humanamente atraentes, e correndo até o risco de esvaziá-los de seu sentido. A motivação única e definitiva que possa dar sentido aos votos religiosos, é o amor de Cristo. E para compreendê-los, é preciso mergulhar no mistério deste amor que é essencialmente *despojamento* e portanto dom de si (*Fl* 2,6-8), em lugar de confiar na lógica da razão e da cultura. Aquele que tem consciência de ter recebido tudo – seu ser e sua vida – como dom, compreende que a fidelidade à verdade de seu próprio ser e de seu próprio devir implica uma contínua aceitação de si como dom que se abandona totalmente a Deus e se dedica com generosidade aos outros.

Os votos religiosos são a resposta ao dom e ao apelo particular do Cristo para um compromisso total e sacrificial, um devotamento total e exclusivo. Responder ‘sim’ a este apelo particular do Cristo, é responder ao mesmo tempo ‘não’ a todo o resto.<sup>15</sup> Pois para colocar à disposição todo o seu ser através do dom dos dinamismos fundamentais e das forças vivas que constituem o ser humano, é preciso sacrificar seus desejos de posse pessoal dos bens, da vida conjugal e de realização de projeto pessoal.<sup>16</sup> É neste sentido que se pode falar de um dom de si que se exprime através dos votos religiosos como oferta dos valores concretos para os quais o ser humano é feito e através dos quais ele se faz. Cada voto religioso é oferta de amor: a *pobreza* é a caridade que recusa acumular para si e se abre aos outros dando-lhes o que ela possui; a *castidade* é a caridade que recusa buscar seu próprio prazer em si e nos outros e coloca todos os recursos do coração à disposição dos outros, de sorte que todos possam recorrer a nós sem se tornar prisioneiros; a *obediência* é a caridade que recusa se impor e impor seu próprio poder e coloca à disposição todas as energias e a criatividade para servir o Reino de Deus, em si e nos outros.

Em síntese, na vida religiosa, trata-se de recusar amar egoisticamente e aceitar um novo modo de ver e de se comportar em relação aos bens, dos outros e de si mesmo; de passar da posse ao dom, da conquista à aceitação, da realização de um projeto pessoal ao projeto de Deus; e portanto de sacrificar autênticos valores e riquezas que tocam o homem no seu ‘eu’ mais profundo, e que lhe são devidos segundo o projeto de Deus. É por este sacrifício que o religioso se imerge radicalmente no aniquilamento do Cristo. Pois seguir o Cristo da maneira mais radical supõe uma participação espiritual na sua *kenosis*, no mistério de sua imolação e em toda a sua vida de amor, e não é possível senão àquele que faz a experiência de um

---

<sup>14</sup> Cf. João Paulo II, Exortação apostólica pós-sinodal *Vita consecrata, sobre a vida consagrada e a sua missão na Igreja e no mundo* (25 de março de 1996), nn. 18-19.

<sup>15</sup> Cf. *Vita consecrata*, nn. 17-18.

<sup>16</sup> Cf. Pigna A., *Repartir du Christ...*, p. 37.

encontro muito pessoal com o Cristo, de forma que toda a sua vida outra coisa não seja senão uma vida em Cristo, com Cristo e para Cristo.<sup>17</sup>

## **2.2. Necessidade de uma tomada de consciência missionária**

Conforme as Constituições e Estatutos dos Redentoristas, o objetivo da Congregação é

“continuar o Cristo Salvador pregando aos pobres a Palavra de Deus, como disse Ele de si mesmo: ‘Enviou-me para evangelizar os pobres’ (Const. 1).

Para alcançar este fim no continente africano, é preciso que a Família Redentorista nele se desenvolva tanto em número como em qualidade. Desenvolvimento que supõe da parte de uns e outros uma tomada de consciência missionária redentorista, a saber, a *Vita apostolica*, “que compreende, a um só tempo, a vida especialmente dedicada a Deus e a obra missionária dos Redentoristas.”<sup>18</sup>

Chamados a continuar o Cristo Salvador seguindo-o e imitando-o no seu agir missionário, o Redentorista africano deve disto tomar consciência, fixando seu olhar no próprio Cristo, cuja pessoa e obra são um só todo. O Filho de Deus, com efeito, está todo inteiro em sua missão que se manifesta na sua encarnação, morte e ressurreição, e portanto como Amor divino pela humanidade. Enviado pelo Pai para a humanidade, Cristo cumpriu sua missão na sua relação eterna ao Pai e na sua relação temporal à humanidade. Continuar o Cristo Salvador supõe, portanto, esta dupla relação, graças à qual o Redentorista não poderia ser somente um simples mensageiro, mas igualmente e inseparavelmente uma testemunha daquele que ele tem como missão continuar, anunciando o Evangelho aos pobres.

Por um tal testemunho, o Redentorista manifesta que ele nada tem que não tenha antes recebido e, por conseguinte, que ele não é ele próprio senão doando o que lhe foi doado. Com outras palavras, ele não é de verdade ele próprio, senão doando-se inteiramente, nos limites de suas possibilidades e segundo o espírito de santo Afonso, à sua missão de continuar o Cristo Salvador em favor dos pobres. Visto que não foi ele que deu a si próprio esta missão, o Redentorista não pode realizar-se nela senão escutando sem cessar aquele que o envia e deixando-se impelir para a meta deste envio seguindo e imitando o Cristo pobre, casto e obediente. Isto quer dizer que é na pobreza, na castidade e na obediência que o Redentorista deve continuar a missão do Cristo. Mas num continente no qual o sentido da pobreza está reduzido à sua dimensão econômica, no qual a família e a primogenitura são exaltados como valores culturais, e onde a autoridade e a obediência são cada vez mais questionadas, como tornar significativa a profissão dos votos religiosos de pobreza, castidade e obediência?

Em Burkina Faso, por exemplo, pobreza significa geralmente a falta de meios financeiros para atender a suas necessidades. O pobre é, neste sentido, um indigente e, por conseguinte, aquele que se acha condenado a mendigar para satisfazer as necessidades pessoais e

---

<sup>17</sup> Cf. Häring Bernard, *Faire la vérité. Pour une vie religieuse évangélique*, Apostolat des Editions, Paris 1970, pp. 232-233.

<sup>18</sup> Cf. *Constituições e Estatutos da C.Ss.R.*, n. 1.



familiares. O rico, por outro lado, é aquele que tem dinheiro e, portanto, pode satisfazer suas necessidades pessoais, as de sua família e as dos outros, se não é egoísta. Logicamente, para aquele que nunca entrou em contato com religiosos, fazer voto de pobreza é querer viver numa condição de indigência econômica; para aquele que vê e observa a vida econômica do religioso, sem saber o verdadeiro sentido do voto de pobreza, há uma contradição entre a profissão deste voto e a vivência real do religioso, ao qual certamente não faltam os meios financeiros para se alimentar, se cuidar, se instruir e até mesmo para dar aos outros; e para o próprio religioso, que sabe que seu voto de pobreza não é sinônimo de voto de indigência ou de miséria, a tendência seria reduzir este voto exclusivamente e unicamente à sua dimensão de partilha ou de solidariedade econômica com os outros. E neste caso, é a própria essência de sua missão e de sua identidade que vão sofrer, pois o voto de pobreza teria sido destituído de sentido próprio.

Daí que tornar significativo o voto de pobreza no contexto de Burkina Faso e também africano, é um desafio para os Redentoristas. Sem dúvida, é mister explicar para quem nos conhece o verdadeiro sentido da pobreza que se promete viver: esta pobreza não é sinônimo exclusivo de falta de meios econômicos, nem sinônimo exclusivo de partilha ou de solidariedade econômica, mas antes e acima de tudo é sinônimo de uma dependência ontológica em relação a Deus e aos outros. Mas é verdade que esta explicação não pode ser entendida, a não ser que na prática pessoal e comunitária, nos contentamos com o necessário para a nossa vida e, sobretudo, se nos esforçamos por trabalhar, como a maioria dos habitantes do País, para cuidar de nossas próprias necessidades econômicas e para ajudar os necessitados. Assim a questão será mostrar, contra a mentalidade materialista e demasiado economista, que o ser humano é rico, não pela quantidade dos bens materiais e econômicos que possui, mas pela qualidade das coisas de que pode se abster; a questão será também mostrar aos que nos rodeiam que a vida se constrói por um compromisso pessoal e comunitário.

A pobreza, neste sentido, longe de ser miséria ou humilhação, exprime a plenitude e a libertação do homem que permanece sempre pobre de um modo ou de outro diante de Deus e diante dos outros. Deste ponto de vista, ela é uma virtude para aquele que se reconhece e se aceita como tal. Pois deste reconhecimento e aceitação nasce a convicção de que deve seu ser e sua existência como dom recebido e dom para doar. E como nos disse o Papa João Paulo II, antes mesmo de ser um valor funcional para o testemunho e para o serviço, a pobreza, entendida como valor evangélico e como virtude cristã fundamental, é um valor em si porque ela remete à primeira das bem-aventuranças na imitação de Cristo.<sup>19</sup>

Num país, como o Burkina Faso, onde o sonho daquele que ainda não foi influenciado pela mentalidade individualista e materialista é garantir sua descendência familiar pelo casamento e a geração, e onde o celibato parece anormal e escandaloso, tornar significativo o voto de castidade no celibato consagrado não pode ser senão um desafio para toda pessoa consagrada. Para fazer isto seria preciso, a meu ver, começar por traduzir corretamente a expressão voto de castidade no celibato consagrado nas línguas locais; pois se, não obstante a manutenção da

---

<sup>19</sup> *Vita consecrata*, n. 90.

expressão como tal, o professo sabe de que se trata, isto não acontece com quem o escuta, sobretudo quando este é testemunha de alguns casos de infidelidade.

O desafio de tornar significativo o voto de castidade no celibato consagrado não se poderia realizar senão por nossa fidelidade exclusiva a este voto. Fidelidade exclusiva, não no sentido de desprezo do matrimônio e da atividade sexual, mas no de um respeito incondicional e absoluto das profundezas do mistério da sexualidade. Pois a aceitação de viver na virgindade ou no celibato consagrado, que não se poderia justificar primeiramente pela renúncia ao casamento, tem contudo por conseqüência excluir uma união semelhante com uma outra pessoa, visto que se trata de uma escolha sponsal que se exprime no dom total de si a Deus, no seguimento e na imitação de Cristo. Portanto, não se trata de viver sem laços interpessoais, de viver no individualismo ou no isolamento, mas de orientar nossas capacidades de relação intensa para o serviço de Deus e de nossos irmãos e irmãs.

Se, enquanto Redentoristas, a questão é nos doar sem reserva a Cristo para sua missão redentora, pedir cada dia a graça de ser fiel a nosso voto de castidade permanecerá sempre um desafio. Pois enquanto capacidade de amor e energia espiritual, a castidade no celibato consagrado é apta não só para nos proteger contra os perigos do egoísmo e da agressividade, mas também para promover em nós um amadurecimento sexual e afetivo que nos permite elevar-nos do amor carnal ao amor espiritual, onde se trata de amar a pessoa e não o corpo. Longe, pois, de desprezar a condição carnal, o voto de castidade no celibato consiste em viver sua sexualidade no contexto da vida religiosa, na qual certas modalidades de expressões sexuais e afetivas, percebidas como obstáculos, devem ser sacrificadas em favor de uma dinamização profunda da natureza relacional de sexualidade e de uma mobilização geral e exclusiva da afetividade humana ao serviço do amor de Deus e dos outros. Trata-se de uma renúncia total de si mesmo para ser inteiramente doado, aberto e disponível ao outro.

Na África, a definição subjetivista da liberdade como poder fazer o que quero, ou o estado de poder fazer o que quero, já está arraigada na mentalidade contemporânea chamada moderna. Perante esta definição que permanece incompreensível e inaceitável para uma mentalidade isenta de individualismo e que, logicamente, conduz a conceber a obediência como submissão ou falta de autonomia pessoal, como tornar significativo o voto de obediência aos religiosos já marcados pela mentalidade moderna, sem com isso cair num coletivismo que nega os direitos individuais e a liberdade pessoal? Rigorosamente e estritamente falando, ser livre significa ser pessoalmente o princípio – ponto de partida, causa primeira, – de seu pensamento e de sua ação. Mas diante dessa definição que vale também para os religiosos, a questão é saber se a pessoa humana pode ser livre no sentido pleno do termo. A liberdade humana não é ilusória? Ilusória para quem se limita às determinações físicas, psicológicas e sociais! Mas verdadeiramente real para quem a concebe como um dom consistindo essencialmente e ao mesmo tempo no poder positivo da autodeterminação e no poder negativo da indeterminação, e portanto como fonte do agir de uma pessoa que não é origem de seu ser.

Criado à imagem e semelhança de Deus, o homem se descobre como um ser doado a si mesmo, para ser ele mesmo por si mesmo. Daí o sentimento que tem de estar sentado em cima do mundo e de dirigi-lo do interior, de se manter acima de suas paixões e de governá-las unilateralmente no sentido do bem. A obediência a uma tal obrigação só pode ser um ato

pessoal e livre; não é possível senão àquele que é capaz de assumir sua parte de responsabilidade numa comunidade, e de aceitar seus valores e regras de comportamento. A obediência, neste sentido não seria nada mais que a atitude de uma pessoa que, longe de renunciar à sua vontade e à sua personalidade, quer absolutamente o bem autêntico que a realiza verdadeiramente.

No contexto da vida religiosa, a obediência se enraíza não somente no fato de que o religioso é uma criatura, porém mais ainda no fato de que ele é chamado a participar da vida íntima de Deus e à uniformizar sua vontade com a de Deus. Ao responder 'sim' à sua vocação, o religioso exerce o primeiro ato supremo e fundamental de liberdade e de obediência, e imita assim Jesus obediente em tudo e para tudo à vontade de seu Pai. Esta resposta supõe não apenas uma renúncia a escolhas pessoais, mas igualmente uma obediência inteligente e responsável ao Superior e às Constituições da Família Religiosa de que é membro; pois numa tal obediência, trata-se ao mesmo tempo de fazer o que se deve fazer e de fazê-lo sem coação.

Para tanto, é preciso que o religioso decida firmemente fazer a vontade de Deus, que ele considere o Superior como um auxílio oferecido por Deus e entre em diálogo franco e confiante com ele; que tenha um espírito de compreensão, de perdão e de correção fraterna em relação ao Superior que também pode se enganar; que ele seja capaz de ver na fé o rosto de Cristo no Superior como em cada confrade. Mas é verdade que essas disposições requeridas para uma obediência inteligente e ativa não são possíveis, a não ser que a autoridade do Superior seja ao mesmo tempo fraterna, paterna e real, e é assim exercida harmoniosamente na generosidade de um dom de si à comunidade e a cada um de seus confrades.

## CONCLUSÃO

Para que a identidade específica da vida religiosa, na sua dimensão pessoal e mística, eclesial e apostólica seja percebida na África, para que ela seja radical e crível, é mister repensá-la como dom de Deus e tomar consciência de nossa missão própria enquanto religiosos de uma determinada Família. Em países como Burkina Faso onde a vida religiosa redentorista está nos começos, esta concepção e tomada de consciência poderia resultar da formação inicial de nossos candidatos. Se o chamado à vida religiosa e a resposta a este chamado devem ser pensados como dom de Deus para uma missão específica na Igreja e no mundo, parece-me que a formação apta a ajudar o futuro religioso nesta concepção e tomada de consciência deve ser ela mesma compreendida como dom no sentido não somente de instrução, mas igualmente e sobretudo de educação.

Entendo aqui por instrução tudo o que possa dar a nossos jovens em formação a possibilidade de ser Redentoristas visando fins e objetivos graças a um verdadeiro conhecimento da vida religiosa em geral e do carisma redentorista em particular. Mas se a formação redentorista se limita à instrução, ela corre o risco de formar especialistas da Congregação mas sem uma

descoberta do ser redentorista que não é possível senão pela educação. Com efeito, à diferença da instrução que se dirige quase exclusivamente à razão com a finalidade de formar pela aquisição de conhecimentos e o livre exercício do juízo, a educação, por sua vez, dirige-se ao ser inteiro – razão, sensibilidade, afetividade, sexualidade, senso moral, senso comunitário e social, etc. – com o propósito de ajudá-lo a se desenvolver, a se realizar, conformando sua conduta a certos valores. Por educação, é preciso, portanto, entender todo esforço para subtrair nossos jovens formandos a uma maneira de ser contrária à vocação redentorista, para torná-los assim disponíveis para a verdade do ser religioso.

Nesta perspectiva da dimensão educativa da formação, sempre é preciso supor que o jovem, de cuja vocação não se pode duvidar a priori, fica de um modo ou de outro ligado à ordem do mundo que ele julga explicitamente ou implicitamente ser o seu mundo. E é necessário, por conseguinte, supor que o jovem, embora possua uma vocação redentorista e a capacidade real de viver suas exigências, vive numa situação de obstrução e de obstáculo da qual não pode sair senão com o auxílio de um Formador que deve tomar corajosamente a iniciativa.<sup>20</sup>

Esta iniciativa se impõe necessariamente porque em sua situação atual, o jovem formando não tem, as mais das vezes, nenhum sentimento de falta do ponto de vista ontológico. O sentimento de falta que ele manifesta muitas vezes situa-se no nível dos conhecimentos. E por isso um jovem poderia, de sua própria iniciativa, pedir *que o instruem* neste ou naquele domínio, mas jamais ele pedirá *que o eduquem*. Logicamente, se com relação à instrução, é preciso às vezes levar em conta as necessidades e expectativas dos jovens formandos, e exigir, por isto, que ele as manifeste, com relação à educação, nada lhe pode ser imposto como condição; e não se pode exigir dele, nem mesmo que ele se volte para seu Formador para lhe manifestar sua necessidade de educação cujas condições e exigências estão, à diferença da instrução, inteiramente a cargo do Formador.

Em nossas casas de formação, precisamos levar em conta não só a instrução, que pode ser o dom mais fácil de fazer, porém mais ainda a educação, que é o dom mais difícil de realizar. A educação é a mais difícil, mas certamente a mais importante, porque abrange todas as dimensões humanas em vista de encaminhar o jovem para uma vida religiosa livre e autêntica, retirando-o particularmente da tendência de apropriação dos bens, da vida conjugal e da realização individualista dos projetos. Em suma, em nossas casas de formação inicial à vida religiosa redentorista, trata-se de conduzir nossos jovens da sua segunda natureza à liberdade. E por esta razão, é preciso formá-los, não somente instruindo-os mas sobretudo educando-os.

Na realização da dimensão educativa da formação que consiste em ajudar os jovens a responder com todo o seu ser à sua vocação religiosa, o melhor método não pode ser senão o do testemunho de vida consagrada dos próprios Formadores. Para encontrar o Cristo que os chama a segui-lo e a imitá-lo radicalmente, nossos jovens têm necessidade de testemunhas já experientes deste encontro com o Cristo na esteira de santo Afonso e de nossos ancestrais

---

<sup>20</sup> Este auxílio, que se deve compreender como educação, pode ser às vezes percebido como uma *violência* pelo jovem que, em sua situação atual, esconde um duplo caráter de autonomia e de dependência extrema: *de um lado*, ele se basta a si mesmo; mas *de outro*, ele não pode ter acesso à verdade de sua vocação religiosa senão com o auxílio de uma outra pessoa.

neste estado de vida religiosa missionária. Visto que o testemunho deriva de uma vocação que se recebe como dom, ele não deriva sua força senão da voz de Deus e da Congregação na qual o Formador e os jovens formandos, na qualidade de testemunhas, existem uns para os outros. Só posso ser religioso se eu recebo dos outros o testemunho do Cristo e o transmito aos outros. Testemunhas do que testemunham os Formadores, os jovens não podem senão se comprometer a testemunhar, certamente na força ou na fraqueza, na alegria ou na dor, mas sempre o que eles viram e ouviram, porque terão compreendido que não se realizam em seu estado de consagrados senão se doando, neste testemunho, ao Cristo.